

**12.ª COMISSÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO, JUVENTUDE E  
DESPORTO**

**AUDIÇÃO 63-CCCJD-XV**

20 de dezembro 2023

(10:00-12.35)

**Ordem do dia:** Audição, a requerimento dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE, dos Conselhos de Redação do *Jornal de Notícias*, da TSF, de *O Jogo*, e da Comissão de Trabalhadores da TSF, sobre o despedimento coletivo no Global Media Group.

**Entidades Ouvidas:**

Comissão de Trabalhadores da TSF

Filipe Santa Barbara

Rita Costa

Conselho de Redação da TSF

Judith Meneses e Sousa

Mário Fernando

Conselho de Redação do *Jornal de Notícias*

Augusto Correia

Luís Pedro Carvalho

Conselho de Redação do *Diário de Notícias*

João Pedro Henriques

Conselho de Redação de *O Jogo*

Ana Luisa Magalhães

Vítor Rodrigues

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos então dar início à audição dos Conselhos de Redação do *Jornal de Notícias*, da TSF, de *O Jogo*, do DN, e da Comissão de Trabalhadores da TSF, sobre o despedimento coletivo no Global Media Group (GMG).

*Eram 10 horas.*

Estas audições são realizadas após aprovação dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda.

Agradeço aos representantes da comunicação social que aqui estão hoje e passo a apresentá-los: Augusto Correia, do *Jornal de Notícias* — também é membro do Sindicato dos Jornalistas, mas hoje não está cá nessa qualidade —, Ana Luísa Magalhães, de *O Jogo*, João Pedro Henriques, do *Diário de Notícias*, a Judith Meneses e Sousa, da TSF, e o Filipe Santa Bárbara, da Comissão de Trabalhadores da TSF.

Encontram-se ainda connosco a Rita Costa, da Comissão de Trabalhadores da TSF, o Mário Fernando, do Conselho de Redação da TSF, o Luís Pedro Carvalho, do *Jornal de Notícias*, e o Vítor Rodrigues, do jornal *O Jogo*. Saúdo-vos a todos e dou-vos as boas-vindas a esta Comissão.

Vamos trabalhar com uma grelha igual à de ontem, que, para quem não sabe, atribui a cada grupo parlamentar 5 minutos para colocar as questões e fazer o diagnóstico da situação, começando pelos que apresentaram requerimentos, neste caso o do Partido Comunista Português e o do Bloco de Esquerda.

Depois, cada um de vós disporá igualmente de 5 minutos para responder às perguntas feitas pelos grupos parlamentares requerentes e para apresentar e explicar as razões por que estão aqui.

Os restantes grupos parlamentares terão, depois, oportunidade de intervir durante 5 minutos e, no final, os Grupos Parlamentares do PCP e do BE terão novamente a palavra por 2 minutos para apresentarem questões, sendo que depois volto a dar-vos a palavra por mais 5 minutos para encerrarmos a audição, ou não, porque pode haver ainda uma segunda ronda, de 2 minutos, mas, falaremos disso mais à frente se houver essa necessidade.

Então, com o consentimento de todos, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada do Grupo Parlamentar do PCP, Paula Santos, para fazer a apresentação do seu requerimento e iniciarmos esta audição.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar todos os membros dos vários Conselhos de Redação e da Comissão de Trabalhadores da TSF aqui presentes.

Como sabem, é com muita preocupação que tomámos conhecimento desta intenção do despedimento coletivo inicialmente de 150 trabalhadores, depois foi tornado público que seriam até 200 trabalhadores. Estamos a falar de mais de um terço do conjunto dos trabalhadores do Grupo Global Media.

Para além do que isto implica de destruição de postos de trabalho, de ataque aos direitos dos trabalhadores, há também aqui questões que se colocam, naturalmente, de continuidade de alguns destes órgãos de comunicação social, já com largos anos de experiência e de trabalho no nosso País.

Esta intenção coincide com a entrada de um fundo de investimento, com sede num paraíso fiscal de que nada se conhece. É inacreditável, aliás, que algo desta natureza possa acontecer sem se perceber qual, de facto, é a perspetiva e estratégia para os órgãos de comunicação social do grupo que adquiriu, sobretudo com esta consequência que surge assim que o fundo entra, ou seja, a intenção do despedimento coletivo deste número significativo de trabalhadores e estamos a falar de mais de 200. Isto para

alguns órgãos de comunicação social significa passar para metade a redação, com tudo o que isso implica.

Temos também conhecimento, e é com preocupação que o verificamos, de que sistematicamente os direitos dos trabalhadores não estão a ser salvaguardados. Refiro-me concretamente aos atrasos no pagamento dos salários que se tem registado nos últimos meses, ao não pagamento do subsídio de Natal e à intenção de fazer esse pagamento em duodécimos durante o ano de 2024.

A questão que, de facto, consideramos inaceitável é esta pressão e chantagem que está a ser exercida sobre os trabalhadores. Tivemos conhecimento de alguns dos comunicados do Grupo e daquilo que foi dito pelo Conselho de Administração em órgão de comunicação social nacional e há, de facto, uma pressão e uma chantagem com ameaça de falência e com a referência a um conjunto de prejuízos.

No entanto, isso tudo contrasta com o que tinha sido dito inicialmente. Há, efetivamente, um conjunto de elementos que gera contradições: o que diziam no início era que, com a entrada do fundo, o Grupo ia crescer, mas anunciam o despedimento de 200 trabalhadores. Está prospetivado um novo título para o próximo ano, mas coloca-se em causa o funcionamento de títulos já existentes no nosso País.

Colocámos este requerimento porque achávamos, e achamos, que, no quadro da intervenção por parte da Assembleia da República, deve ser feito este acompanhamento, deve haver esta intervenção para ficarmos a conhecer mais pormenorizadamente as preocupações e inquietações dos Conselhos de Redação e dos trabalhadores, mas também a sua intervenção e ação. Queremos saudar a intervenção, a unidade, a solidariedade por parte dos trabalhadores e as ações que têm vindo a ser desenvolvidas pelos próprios pela defesa dos seus direitos e dos seus postos de trabalho.

Eram estes os aspetos que gostaríamos de ver aqui abordados, ou seja, as vossas preocupações e o que é que está perspetivado em termos de ação e de intervenção.

Consideramos, e aproveito para fazer já esta referência, que, no quadro das suas competências, há aspetos dos quais o Governo não se pode demitir. Em primeiro lugar, na dimensão laboral, cabe ao Governo garantir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores e salvaguardar os postos de trabalho. E também no que diz respeito ao acompanhamento da comunicação social, o Governo não se pode pôr à margem desse processo.

Na perspetiva dos Conselhos de Redação e da comissão de trabalhadores o que é que pensam ser necessário fazer para defender os direitos dos trabalhadores e os seus postos de trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, também para apresentar o seu requerimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, queria cumprimentar os Conselhos de Redação de *O Jogo*, da TSF, do *JN* e do *DN* e também os trabalhadores e representantes dos trabalhadores presentes.

Estamos muito preocupados com aquilo que está a acontecer na Global Media, porque, neste momento, ainda não é perceptível se o objetivo dos novos proprietários é acabar com títulos históricos no nosso País e, dessa forma, condicionar a pluralidade necessária à comunicação social e à imprensa em Portugal que já tem um panorama que não é propriamente desconcentrado e plural, ou se a intenção é mudar o perfil da Global Media e, dessa forma, condicionar a pluralidade dos meios de comunicação em Portugal que já não têm um panorama propriamente desconcentrado.

Qualquer uma das duas hipóteses é má para a democracia e para a importância que a comunicação social e o jornalismo têm na democracia. Qualquer uma das duas hipóteses parece ser má também para os trabalhadores.

Portanto, estamos a tentar escrutinar as vontades, os desejos e o espírito de um fundo que não sabemos quem é, nem quem representa. Essa é a primeira questão que queria apresentar, ou seja, se, em algum momento das últimas semanas, os Conselhos de Redação conseguiram chegar a alguma conclusão sobre os desejos mais recônditos deste fundo que tem origem nas Bahamas.

Acham possível que um grupo de comunicação com esta dimensão seja dirigido a partir não de sabe de onde? Que consequências é que isso tem até para o panorama geral? A mim e ao Bloco de Esquerda, faz confusão que tenhamos um dos principais grupos de comunicação social sem se saber quem é o seu proprietário e qual é a origem do capital. Até em termos de transparência para a comunicação social, que consequências é que isso tem?

Em segundo lugar, sobre as condições financeiras do Grupo, também não conseguimos perceber até agora se, de facto, há um buraco financeiro que justifique os reajustes que estão a ser feitos, nomeadamente o pré-aviso do despedimento coletivo que pode ir até 200 trabalhadores, ou se isso é apenas uma fachada, uma cortina de fumo para outras intenções.

Portanto, daquilo que conhecem dos vossos títulos, gostaria de perguntar qual é situação financeira de cada um. Acabámos de aprovar agora a vinda cá do anterior Conselho de Administração e, no caso da TSF, do anterior diretor Domingos Andrade, para tentarmos perceber se havia algum alerta relativamente à situação financeira que justificasse esta mudança repentina de um novo Conselho de Administração que chegou a dizer que ia fazer investimentos, mas que, passadas três semanas, vem dizer que vai fazer despedimentos coletivos.

Gostaríamos de saber qual é a relação dos Conselhos de Redação com o Conselho de Administração, nomeadamente em termos de diálogo e das condições para esse diálogo e dos fatores de confiança ou de respeito que tem havido nesse diálogo.

Gostaria também de saber, para terminar, se compreendem, se foi explicada, em algum momento, a estratégia do Grupo relativamente aos títulos que existem. Ou seja, por que razão é que o *JN* e a *TSF* têm um despedimento que pode vir a pôr em causa a existência destas empresas? Isto quando no *DN* parece haver uma estratégia diferente e, ao mesmo tempo, há um título novo que se anuncia para o Brasil, com um novo conselho de redação, com uma rede de correspondentes.

Se, de facto, vai haver um despedimento coletivo de centenas de trabalhadores, como é que, ao mesmo tempo, dentro do Grupo, há um investimento e a contratação de trabalhadores? Houve alguma explicação relativamente a estas diferenças de investimento?

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra, só para recordar, cada um dos nossos convidados disporá de 5 minutos.

Admito que todos são bastante experientes e concisos para respeitar esse tempo, mas também vos peço para que não fiquem demasiado focados nos 5 minutos. O que é importante é responder às perguntas que foram feitas pelas Sr.<sup>as</sup> Deputadas do PCP e do BE, mas também aproveitarem esse tempo para fazerem um depoimento inicial sobre a vossa posição nesta situação que estamos a discutir.

Depois disso, seguir-se-á o debate e, no fim, terão novamente 5 minutos para responder. Garanto-vos que, do pouco tempo em que aqui estou, vai chegar para responderem a todas as questões.

Vamos começar pela minha direita, pelo que dou a palavra ao Augusto Correia, do Conselho de Redação do *Jornal de Notícias*.



O Sr. **Augusto Correia** (Conselho de Redação do *Jornal de Notícias*):  
— Bom dia, agradeço aos Grupos Parlamentares do Bloco de Esquerda e do PCP, nas pessoas das Deputadas Joana Mortágua e Paula Santos e aos Deputados da 12.<sup>a</sup> Comissão por, mais uma vez, se interessarem pelo Global Media Group e por estes vários títulos, como já foi dito, históricos que hoje sentimos que estão ameaçados.

Tinha aqui preparadas umas notas, mas vou seguir o conselho do Sr. Presidente e tentar responder já algumas perguntas.

Em termos da ação do conselho de redação, a única coisa que temos pensado, neste momento, é fazer uma participação à ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) em relação a algumas situações que têm acontecido na empresa. No nosso conselho de redação, respondemos apenas perante a nossa direção, não temos qualquer tipo de interação com a administração. A única vez em que divergimos deste modo de atuar que achamos que é o correto foi quando escrevemos uma carta à direção endereçada à administração pedindo o favor à nossa diretora para que a fizesse chegar.

Essa carta elencava uma série de problemas que têm acontecido no *Jornal de Notícias*, nomeadamente a nível tecnológico, e que tiveram um grande impacto na nossa capacidade de fazer jornalismo e de chegar às pessoas, com uma quebra nos números de leitores, de *page views* e no nosso alcance junto das pessoas. Essa carta elencava mais de 100 problemas que detetámos, mas, até hoje, não obtivemos resposta.

A resposta que obtivemos foi indireta: foi criado um novo *backoffice* em que aqueles 100 problemas não existiam, existia só meia dúzia. Quando essa meia dúzia chegou aos 40, 50, criou-se outro *backoffice* em que os problemas passaram a ser só meia dúzia. Essa foi a resposta que tivemos.

Em relação ao fundo, tenho deixado essa parte para o outro eu, que é a parte do sindicato, tentar perceber um pouco mais. A preocupação principal dos Conselhos de Redação é com o funcionamento da redação e com a garantia do trabalho que fazemos diariamente na nossa relação enquanto assessores ou coadjuvantes da direção, mas obviamente, como jornalistas e como cidadãos, partilhamos as preocupações que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua aqui expôs de como é que um fundo entra neste negócio, de onde vem o capital, quem está por detrás disto, quem controla.

Aliás, ontem, tive oportunidade de, enquanto agente sindical, fazer aqui essa proposta à Assembleia no sentido de se produzir legislação para que os fundos financeiros não possam entrar livremente no capital de empresas de comunicação, porque a comunicação não é uma empresa qualquer, é um bem que o Sindicato dos Jornalistas considera um bem público e que deve ser protegido.

Podia acrescentar que se devia fazer algo como o que existe nas empresas de trabalho temporário, que têm de depositar uma caução de cerca de três meses de salários. Essa poderia ser uma forma de, no futuro, acautelar que as pessoas que chegam aos grupos de comunicação podem dar garantias de que chegam e cumprem coisas tão básicas como pagar salários ao fim de três meses.

O *Jornal de Notícias* é um jornal com 135 anos, que está, há 135 anos, ao serviço das pessoas. É um jornal próximo das pessoas e é uma voz de milhares de portugueses, especialmente a norte, que hoje está muito fraca, muito débil e, provavelmente, calada, porque muitos dos nossos colaboradores, dos embaixadores do *JN* em todos os concelhos do País, dos nossos camaradas, dos nossos jornalistas que nos representam fora do Porto e da redação, hoje não conseguem, sequer, ir trabalhar, porque não têm dinheiro para o fazer, porque ainda não receberam.

É dia 20, não receberam, não têm dinheiro para a gasolina, para sair de casa para ir trabalhar. E isso preocupa-nos muito, porque é a voz de milhares de pessoas que hoje está calada.

Já na semana passada, os nossos camaradas da revista *Evasões* que são, praticamente, todos precários, comunicaram à administração que iam entrar numa espécie de greve, e os que não pudessem fazer greve deixariam de trabalhar enquanto não recebessem.

Percebo perfeitamente a opção de eles não trabalharem, porque não só não recebem, como estão numa espécie de limbo, eles e os da *Volta ao Mundo*. Isto porque as duas revistas, há pouco mais e um mês, transitaram do Global Media Group para uma empresa chamada Palavras de Prestígio que pertence, em exclusivo, ao Grupo Bel. Não houve qualquer comunicação à ERC, as empresas, na ERC, continuam registadas no Global Media Group e, que eu saiba, não houve qualquer comunicação oficial nem do negócio nem de como é que ele transitou.

Essas pessoas, neste limbo e sem receber, é mais do que compreensível que não trabalhem, porque não só merecem receber como merecem ter condições de trabalho.

Ontem, foi comunicado à equipa da *Notícias Magazine* que é outra revista dos Grupo, uma revista com 30 anos, premiada todos os anos — é escolha do consumidor consecutivamente —, que vai desaparecer enquanto revista. Vai acontecer o mesmo que aconteceu à *Evasões* e vai passar a ser um encarte dentro do jornal, com menos páginas, com papel de jornal. Isso retira valor ao *Jornal de Notícias*, retira valor ao *Diário de Notícias*, porque a revista também saía com o *Diário de Notícias*. É um produto menos que oferecemos ao fim de semana às pessoas. E para o ser humano que gosta muito de brindes e para os portugueses, em particular, comprar o jornal e receber uma revista é algo que agrada às pessoas.

Tirar esse valor da revista e ser publicada num papel diferente acho que vai desvalorizar o jornal. Isso entronca muito com o que consideramos no conselho de redação, enquanto coadjuvantes da direção, ser uma falta de respeito que há para com a direção.

A diretora Inês Cardoso e o diretor-adjunto Pedro Ivo Carvalho eram também diretores das revistas *Evasões* e *Volta ao Mundo* e souberam numa sexta-feira, por volta da hora do almoço, mais ou menos, que, na segunda-feira seguinte, essas revistas iam ter um novo coordenador. Não foram informados previamente, foram completamente atropelados. Souberam num *e-mail* enviado a toda a gente que isto ia acontecer. E, pronto, ficaram sem a revista.

Ontem, soube-se da revista *Notícias Magazine*. Esse desrespeito chega a todos não é só a mim e ao Luís e aos outros membros do conselho de redação, chega a toda a redação. É isso que nos está a preocupar muito no *Jornal de Notícias*.

Aproximamo-nos das eleições, não falta muito, e vamos chegar provavelmente às eleições com um grupo despedaçado, com metade dos jornalistas, com metade da capacidade de trabalhar, os correspondentes e os colaboradores sem receber. No caso do *Jornal de Notícias* e da TSF, mais especificamente, que «chega ao fim da rua, chega ao fim do mundo», nós também chegamos a muitas ruas a que mais ninguém chega. Se os nossos colaboradores não recebem, se não têm dinheiro para trabalhar, a cobertura que vamos fazer das eleições será claramente menor, terá menos qualidade, menos abrangência.

A pluralidade e a diversidade de que falava a Deputada Joana Mortágua está claramente em causa, neste momento. Está em causa com postos de trabalho, com o não pagamento aos colaboradores, que, os que puderem, naturalmente, vão começar a procurar outros locais de trabalho,

outras opções e, se calhar, nem vão continuar a dedicar-se a isto. Isto está a preocupar-nos muito.

A questão da fotografia de que o Luís, Presidente do Sindicato, falou aqui ontem, até nem é muito preocupante. Tínhamos 29 repórteres fotográficos em 2010, neste momento temos quatro no *Jornal de Notícias*. E quatro que não são só do *Jornal de Notícias*, são da Global, no Porto. Em Lisboa, peço desculpa, acho que são seis ou quatro. São quatro, mais quatro, exatamente, que trabalham para todos.

E não trabalham só para todos, fazem a edição de fotografias, fazem o fecho do jornal, assessoram as direções, fazem a agenda, fazem de motoristas quando não têm de ir fotografar. Fazem tudo isso, e temos o receio, porque, se vão cortar, também vão cortar na fotografia, de certeza. Não vão cortar só num lado.

O que nos preocupa é que estão a diminuir consideravelmente as nossas condições de trabalho e as condições de trabalho dos jornalistas. Às vezes, não se pensa muito sobre isso, mas podem afetar claramente a liberdade de imprensa, podem afetar a liberdade de informação e um direito fundamental das pessoas que é o do acesso à informação e a liberdade de expressão. Acho que é também por causa disso que é muito importante e que nós queremos que nos ajudem a salvar este Grupo.

O jornalismo presta um serviço muito importante à sociedade, o jornalismo permite que um cidadão comum tenha acesso a um direito fundamental que é o direito à informação e à liberdade de expressão.

**O Sr. Presidente:** — Dava a palavra agora à Ana Luísa Magalhães, do Conselho de Redação do jornal *O Jogo*.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Luísa Magalhães** (Conselho de Redação do jornal *O Jogo*): — Sr. Presidente, bom dia. Mais uma vez, obrigada à 12.<sup>a</sup> Comissão por nos dar voz.

Para um jornalista é importante estar na Casa da democracia e essa democracia, que tanto prezamos, está a ser atacada, ameaçada, direta e indiretamente, por aquilo que se está a passar neste Grupo.

Hoje é dia 20, estamos a quatro dias do Natal, é a data-limite para o pagamento das contribuições à segurança social por parte dos trabalhadores independentes, a recibos verdes, que, como o meu camarada Augusto Correia disse, ainda não receberam. E por esse motivo 13 colaboradores do jornal *O Jogo* interrompem a partir de hoje o seu trabalho que só vão retomar quando forem pagos. É uma decisão que a redação do jornal *O Jogo* compreende, respeita e apoia sem reservas. Não pode ser de outra forma.

Estas pessoas, e não gosto muito de lhes chamar colaboradores, porque eles trabalham que se farta, estes trabalhadores são essenciais para que o jornal *O Jogo* esteja todos os dias nas bancas, para que aconteça o que costumamos chamar de «nosso pequeno milagre».

Estas pessoas merecem muito mais do que aquilo que recebem da empresa que está abaixo do mínimo, repito, abaixo do mínimo.

Sabem, Srs. Deputados, o que é que ouvi de muitas destas pessoas e não só dos 13 colaboradores que, a partir de hoje, não trabalham? Muitos dos desabafos que ouvi dos meus companheiros é que aquilo que mais os magoa, aquilo que mais os revolta, nesta situação, nem é tanto o atraso no pagamento do que têm direito, que é grave, naturalmente, mas é a falta de respeito da administração, a falta de empatia, a falta de consideração e a ausência de resposta ou, quando há uma resposta, ela carece totalmente de seriedade e de dignidade.

Vou dar um exemplo concreto: no dia 31 de outubro, aquando do primeiro atraso ao pagamento dos salários dos trabalhadores dos quadros,

foi-nos enviado um comunicado sobre essa situação e vou citar-vos a última frase desse comunicado: «A terminar, a Comissão Executiva do GMG agradece a compreensão de todos e garante que, normalizados que estão os procedimentos que causaram este ligeiro atraso, situações análogas não se repetirão.»

Agora, Srs. Deputados, vou ler a última frase do comunicado que foi enviado aos trabalhadores independentes no dia 15 de dezembro e passo a citar novamente: «A terminar, a Comissão Executiva do GMG agradece a compreensão de todos e garante que, normalizados que estão os procedimentos que causaram este ligeiro atraso, tudo fará para que situações análogas não se repitam.»

Portanto, em outubro prometeram que os atrasos não voltavam a acontecer e, à primeira oportunidade, essa promessa foi atropelada, e ainda foi pior, porque este mês o atraso foi ainda maior do que tinha sido no mês anterior.

Agora promete aos colaboradores que estão a fazer tudo para que esta situação não se volte a repetir, mas relembro que a justificação dada pelo Grupo para este atraso no pagamento dos colaboradores é, passo a citar novamente: «o impacto mediático da reestruturação.» Srs. Deputados, a empresa diz que o Banco Atlântico Europa vedou o acesso à conta por causa do...

**O Sr. Presidente:** — Não se importa de repetir?

**A Sr.<sup>a</sup> Ana Luísa Magalhães:** — A empresa, no comunicado feito no dia 15 de dezembro aos colaboradores, disse que o Banco Atlântico Europa alegou, passo a citar, «o impacto mediático da reestruturação em curso para vedar o acesso à conta.»

A empresa diz que o banco vedou o acesso à conta por causa do impacto mediático da reestruturação. Não sei se está relacionado com o facto de termos um CEO (*chief executive officer*) a destratar publicamente os títulos do Grupo, mas vou deduzir que sim, que é esse o impacto mediático de que estão a falar.

Posto isto, compreendo, se me permitem a ironia que, às vezes, é um mecanismo de defesa ao qual não consigo resistir, que ontem a empresa tenha aberto uma vaga na rede social *LinkedIn* para a contratação de um especialista de *marketing* e comunicação. Compreendo, tendo em conta esta forma de tratar os trabalhadores e de comunicar, deste *copy-paste* em que até os erros de sintaxe e pontuação se copiam de um comunicado para o outro. Compreendo que sintam que, ao mesmo tempo que querem mandar 200 pessoas para a rua, sintam a necessidade de contratar um especialista de *marketing* e de comunicação.

Terminando, de uma forma mais sucinta, não entendo nada do que se está a passar, Srs. Deputados. Não entendo nada do que se está a passar. Eu não sei qual é a estratégia, qual é a ideia, não sei qual é o plano — e quando digo «eu» falo por todos os trabalhadores da empresa.

Não sei, mas gostava muito que isto não voltasse a acontecer e que o Estado garantisse meios legais para evitar que qualquer um entre por um grupo de comunicação e vire aquilo do avesso.

Como disse no início, é a democracia que está a ser atacada, é a democracia que está a ser ameaçada.

O Sr. **Presidente**: — Dava a palavra agora ao João Pedro Henriques, do Conselho de Redação do *Diário de Notícias*.



O Sr. **João Pedro Henriques** (Conselho de Redação do *Diário de Notícias*): — Sr. Presidente, bom dia. Srs. Deputados, muito obrigado pelo convite para vir aqui contar a nossa história.

Sou jornalista há mais de 30 anos e há mais de 30 anos que frequento esta Casa, enquanto jornalista de política. Há dias fui ao segundo andar e fiquei muito surpreendido, porque, ao pé da cafetaria, havia um sítio que vendia jornais e agora estão lá umas mesas muito bonitas, com umas cadeiras, para as pessoas beberem café, mas a papelaria desapareceu. E a papelaria desapareceu porque as pessoas deixaram de comprar os jornais. Portanto, o negócio perdeu sentido.

Ora bem, chegamos a este ponto, em parte, porque as pessoas deixaram de comprar o papel. Não deixou de haver consumo de informação, transferiu-se para a *internet*, mas deixou de haver papel e o papel continua a ser, no caso dos jornais, uma grande fonte de receita publicitária.

A nossa revolta com o despedimento coletivo que hoje alegadamente ou aparentemente não irá abranger o *Diário de Notícias*, mas apenas — que não tem nada de apenas! — o *JN*, a *TSF* e *O Jogo* é a indignação de uma experiência vivida por nós próprios.

Não sei como é que se poderia fazer hoje um despedimento coletivo no *Diário de Notícias*, sendo que somos, ao todo, 17 redatores. Não estou a falar de chefias, nem de direções, estou a falar de redatores que são aquelas pessoas que redigem e que, portanto, preenchem as páginas do jornal. Basicamente, para um jornal com 36 páginas, 17 redatores, podem calcular a média!

Todo o processo iniciado há vários anos de encolhimento das redações, empobreceu a qualidade do jornal e, no fundo, foi cavando o próprio buraco. Ou seja, é aquela coisa de que se falava antigamente da austeridade virtuosa, como se a austeridade em si mesma gerasse alguma possibilidade de crescimento. Não, não gerou.

Esse despedimento coletivo, a ser efetuado, no *JN*, na TSF e n' *O Jogo*, basicamente torna muito mais difícil a possibilidade de *O Jogo*, do *JN* e da TSF se tornarem mais rentáveis, sendo que a informação disponibilizada pelo próprio CEO é a de que o *JN* é rentável e que a TSF aparentemente tem contas mais equilibradas.

Portanto, há aqui um problema global de economia dos *media*, e quando digo «global» quero dizer «mundial». Somos jornalistas, adoramos brinquedos novos e no meio dos anos 80 atirámo-nos de cabeça para a *internet* e desatámos a oferecer jornais e, alegremente, entusiasticamente, suicidámo-nos. Foi isso que aconteceu. Foi, talvez, o primeiro suicídio feliz da história. Foi isso que aconteceu.

Depois, conjuga-se um problema global com um problema nacional que é o da baixa literacia e o da economia fraca. Portanto, as pessoas não têm dinheiro para comprar, para chegar aos preços do *PÚBLICO*, do *Diário de Notícias*, do *JN*, na *internet*.

Depois, no caso da Global Media, isso conjugou-se com sucessivas administrações a tomarem decisões erráticas e erradas de gestão. No caso do *DN* houve uma muito famosa que foi acabar com a edição diária do jornal em papel, o que era uma coisa estranha, porque o *Diário de Notícias* deixava de ser diário. O que neste País também não é extraordinário, porque a revista *Sábado* sai à quinta-feira, o Estoril Open joga-se na Cruz Quebrada, quer dizer, e os três mosqueteiros, afinal, não quatro! As coisas têm sempre uma parte de absurdo que não compreendemos.

Trouxe aqui um artigo «Três soluções para salvar os jornais da Global Media» escrito pelo Prof. Rodrigo Tavares, da Nova SBE, que gostava de distribuir porque é um artigo importante, com pistas importantes e onde se lê «a empresa sobrevive, apesar da sua administração não por causa dela.»

Acho que os poderes têm alguma coisa a fazer e os Srs. Deputados, se calhar, podiam ter alguma intervenção futura. Não sei, por exemplo, se, no

escrutínio de quem é o novo dono do Global Media, não se pode ativar os poderes públicos para fazerem isso. Nós, enquanto cidadãos privados, provavelmente, não conseguimos, mas, por exemplo, ativar a intervenção do Banco de Portugal, porque aquilo é uma instituição financeira. Não sei se isso é possível, mas deixo a sugestão, pelo menos, para se sentar perceber por aí quem são aqueles senhores e o que querem.

Para já, eu só estou na fase do quem são e o que querem, não tenho nenhuma, não digo já não... Quero saber, mas não conseguimos saber. Talvez o Banco de Portugal seja uma sugestão, embora, evidentemente, um fundo sediado nas Bahamas, ninguém vai para as Bahamas por boas razões...

As Bahamas, os paraísos fiscais existem porque algures, há uns séculos, os piratas tinham de ter um sítio onde esconder o que roubavam. É essa a origem dos paraísos fiscais e as Bahamas, Nassau é a capital dos paraísos fiscais. Portanto não costumam ser boas razões.

Mas, ok, *in dubio pro reo*, logo se vê. Talvez uma intervenção do Banco de Portugal fosse útil. Não sei se está a ser feita ou não, sei que há indicações em Bruxelas de também estarem a ser feitas inquirições até por intervenções de Eurodeputados. Era importante percebermos isso.

A outra coisa, do ponto de vista legislativo, que sugiro que se reflita é sobre a possibilidade de haver uma espécie de uma lei do mecenato cívico. Ou seja, temos uma lei do mecenato cultural que dá benefícios fiscais a quem investe na cultura. Quem investe na cultura, quem financia instituições culturais, produção cultural pode ter benefícios fiscais. Não sei se são grandes ou pequenos, se valem a pena ou não, mas o princípio existe em relação à produção cultural.

Mas se estamos agora na questão do jornalismo e se achamos que ele é um elemento fundamental e indispensável da democracia, então porque não, em vez de haver apoios do Estado, como existiram recentemente, mais ou menos arbitrários, em que vão 15 milhões para um grupo e 13 milhões

para outro, depois vai outro milhão para outro e nunca se percebe muito bem o critério, haver uma produção legislativa, uma lei que desse benefícios fiscais visíveis e notórios a quem investisse no capital social das empresas de comunicação social, a quem comprasse publicidade nos meios de comunicação social, a quem comprasse jornais também.

Portanto, sei que este Parlamento está à beira de ser dissolvido e, por isso, estamos a entrar numa fase também de gestão corrente, em que não há poder para coisa nenhuma, mas fica, talvez, o apelo para uma próxima Legislatura, para os partidos pensarem nisso, eventualmente, com o Governo, eventualmente com o Ministério das Finanças: uma lei do mecenato cívico.

Seria uma lei que daria benefícios fiscais a quem investisse em atividades de oxigenação da democracia. Pode não ser só investimento em jornais, pode ser se se financiar a Amnistia Internacional ou organizações que operem no campo genérico dos direitos, liberdades e garantias, haver um conjunto de benefícios fiscais para esses investidores.

Obviamente, isto não resolve o problema a curto prazo do Global Media. Eu, como a Ana Luísa e todos nós, estou absolutamente perplexo e não faço a mínima ideia do racional de tudo isto. Não consigo perceber o racional de todas as informações contraditórias que têm sido divulgadas e de todos os factos contraditórios que têm sido divulgados.

Consigo perceber o seguinte: no dia em que os jornais convencionais morrerem, no dia em que a informação convencional morrer, as pessoas deixarão de consumir informação por essa via e passarão a consumir informação, ainda mais, através de redes sociais, de canais privados de *Telegram* ou de *WhatsApp* e *Twitter*. E no dia em que essa for a principal fonte dos eleitores, garanto que a maior parte dos Deputados que aqui está não será reeleita, porque quem consome informação através desses canais, não vota em soluções democráticas, não se preocupa com isso.

Portanto, até por uma questão de preservação, digamos, de um certo convencionalismo da democracia, para mantermos isto mais ou menos como é, sem que os extremos ganhem, sem que os extremos vençam, era importante que se pensasse, volto a dizer, numa lei de meios, digamos assim, que permitisse aos investidores da comunicação social sentir que esse era um investimento benéfico.

Por último, um jornal em Portugal é muito difícil dar lucro! Os investidores têm de saber isso: é muito difícil um jornal em Portugal dar lucro! A publicidade fugiu toda para o *Google*, para o *Facebook*, etc. Há 40 anos se me morresse um familiar punha um classificado no *Diário de Notícias* e o *Diário de Notícias* ganhava um bocadinho. E, agora, onde é que faço um anúncio dessa tragédia familiar? Escrevo uma notinha no *Facebook* e resolvo o problema, comunico com toda a gente, com a minha rede, e não gasto!

Portanto, as fontes de receita diminuíram brutalmente, a publicidade fugiu para a *internet*, para o *Google*, para o *Facebook*, etc., logo sugeria esse plano e, para já, fico por aqui.

O Sr. **Presidente**: — Damos agora a palavra à Judith Meneses e Sousa, do Conselho de Redação da TSF.

A Sr.<sup>a</sup> **Judith Meneses e Sousa** (Conselho de Redação da TSF): — Bom dia a todos. Muito obrigada por nos terem chamado aqui.

Começava por citar aquele que é o mote do *Washington Post*: a democracia morre na escuridão. É isto que, no fundo, resume o que os meus camaradas de bancada já têm dito e é, no mínimo, triste que, nos 50 anos do 25 de Abril, estejamos aqui nós, todos, representantes deste grupo de jornalismo a falar desta situação que é uma farsa absurda.

Como todos já disseram, não fazemos a mínima ideia do ponto em que estamos nem para onde caminhamos. Caminhamos para o abismo, aparentemente, sem que exista qualquer explicação por parte da administração, sequer às direções, como já foi apontado, e sem que consigamos perceber o que é que nos espera além de uma sistemática e, vou dizer, perversa, situação de esvaziamento das redações que compõem este Grupo.

Pelo meio de muitas contradições, às quais aproveito para apontar, respondendo a algumas questões que foram colocadas, desde logo, sobre a situação financeira do Grupo. Deixo as questões laborais para o Filipe que representa aqui a Comissão de Trabalhadores.

Sobre a situação financeira, desde logo, uma primeira contradição: em julho de 2022 havia uma notícia que dizia que o Global Media tinha reduzido os prejuízos, tanto na TSF como nos jornais. Aliás, no Portal da Transparência da ERC relativo a esse ano, a TSF apresentava prejuízos na ordem dos 289 000 €, isto relativamente ao ano de 2021 — e, curiosamente, dois anos depois, agora em setembro, quando a administração nos recebeu apresentou gráficos que apontavam prejuízos de 2 milhões para o final do ano. Portanto, como é que se passa de 289 000 € para 2 milhões? É uma dúvida que nos assalta.

Quanto às intenções deste fundo sem rosto, como já foi aqui dito, não deixa de ser também algo de estranho o que se está a passar na nossa democracia. Como é que um fundo sem rosto consegue entrar assim, de rompante, no meio e sitiar, literalmente, um grupo? E faz isto com promessas de grandes investimentos — aliás, na altura havia notícias a dizer que Global Media afirmava que as mudanças visavam criar um ambicioso projeto de crescimento no Grupo —, no início de setembro, curiosamente, para pouco tempo depois, em dezembro, dizer: «Não tenho prazer em que se percam até 200 trabalhadores na Global Media.»

Como é que se passa de um «projeto ambicioso» para o corte de 200 postos de trabalho? É também uma dúvida que nos assalta.

É de sublinhar que para nós, jornalistas que aqui estamos, esta é uma posição um pouco incómoda, porque costumamos estar do outro lado do microfone, a ouvir, não a falar; e é do outro lado que trabalhamos. Mas somos, literalmente, obrigados a estar deste lado, como fomos obrigados a ser notícia, que é outra coisa que nos desagrada profundamente. No entanto, a TSF foi obrigada a ser notícia quando, no dia 20 de setembro, pela primeira vez na história, fez uma greve.

O microfone calou-se nesse dia, porque, como já foi dito aqui, e retomo essa palavra, havia claramente uma falta de respeito pela forma como os jornalistas da TSF estavam a ser tratados ao longo dos anos por sucessivas administrações — é preciso dizê-lo —, com um agravamento muito profundo com a administração que está agora em gestão.

O microfone calou-se nesse dia porque os jornalistas da TSF, com 100 % de adesão, foram para a rua queixar-se desta falta de respeito e exigir que houvesse meios para fazer aquilo que fazemos todos os dias, que são pequenos milagres, tendo em conta que a redação tem sido sistematicamente esvaziada ao longo das últimas décadas.

Não sei se têm a noção de que este processo de rescisões amigáveis, que hoje, dia 20, termina — curiosamente, hoje termina — pretende tirar do universo de 70 trabalhadores da TSF 30 pessoas. Ou seja, como é que sem quase metade dos trabalhadores, numa situação em que a TSF já está a funcionar para lá dos limites possíveis, será possível funcionar? O que me leva a outra questão: que projeto é que se pretende para a TSF?

A TSF, penso, é uma estação que, além de ter mudado a rádio, mudou também a forma como se faz política. A TSF teve programas emblemáticos, como o *Exame*, do Prof. Marcelo, ou o *Flashback*. A TSF pôs os políticos a

falar de outra maneira e penso que muita gente nesta sala terá crescido, politicamente, e mesmo amadurecido, a ouvir a TSF.

A TSF foi também uma grande escola de jornalistas, de rádio e não só, de pessoas que passaram por lá e que foram, entretanto, saindo — nessas várias sangrias ou porque, obviamente, tiveram outras propostas melhores — e que foram levando essa escola da TSF para outros sítios. E a TSF como escola de jornalistas e de comunidade, política e não só, tem um valor inesgotável e é um valor, também, da democracia.

Até me treme a voz, sinceramente, por pensar que, de facto, nesta altura, a forma como estamos a trabalhar já está para lá das nossas forças e, ainda assim, as pessoas da TSF continuam a ter respeito por aquele microfone e por aquele azul, trazendo-o no coração.

E é com muita mágoa que estamos a perceber — e agora falo da parte editorial — que se está a assistir a um esvaziamento do âmago da TSF, em pequenas coisas, como por exemplo, ontem deixarmos de ter a Agence France-Presse. Perguntar-me-ão: como é que o jornalismo se faz? Além da reportagem no terreno, o acesso internacional é feito, obviamente, hoje, *online*, mas as agências internacionais são um fator importante no funcionamento de uma redação e ontem deixámos de ter uma dessas agências.

Há umas semanas estivemos sem um servidor muito importante, que deixou os nossos conteúdos de *podcast*, que têm muita procura, completamente sem acesso, com os prejuízos que isso acarreta, e, ainda assim, a TSF mantém a liderança como rádio mais ouvida e, até, lida no digital. No mês de novembro, mais de 1 milhão de pessoas visitaram o *site* da TSF, e acontece que o *Jornal de Notícias* também subiu um lugar e conquistou também o pódio dos jornais generalistas.

Ou seja, é um milagre como estamos aqui hoje — e podemos estar aqui —, apelando a esta intervenção, que penso que terá de passar, desde



logo, pelo escrutínio do que está por detrás deste Grupo, deste fundo sem rosto. E, por outro lado, acho que, inevitavelmente, também teremos de falar da forma como é financiada a comunicação social em Portugal. Sei que é um debate muito incómodo e com muitas divergências, mas esse debate, mais cedo ou mais tarde, terá de acontecer.

Ainda assim, apesar de todas estas mágoas e destas lutas interiores que temos, conseguimos estar aqui hoje a apresentar bons resultados, conseguidos à conta — só posso dizer — mesmo de muito amor ao microfone da TSF.

Penso que, para já, respondi a algumas das questões sobre a situação financeira e sobre a ausência total de respostas quanto à estratégia que o Grupo pretende seguir: não temos qualquer informação. O Conselho de Redação da TSF teve uma reunião com a administração logo no início, onde nos falaram do tal «ambicioso projeto». A partir daí não houve mais.

Sei que vão receber amanhã a ERC. É muito importante perceber como é que a ERC está a acompanhar isto e que diligências ou que informações é que conseguiu apurar.

Para já, ficava por aqui.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar agora a palavra ao Filipe Santa Bárbara, da Comissão de Trabalhadores da TSF.

O Sr. **Filipe Santa Bárbara**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, complementando aqui o que a Judith acabou de dizer, e ainda antes de ir à parte laboral, queria dizer-vos que, neste momento, por exemplo — e muitos de vocês cruzam-se connosco, exatamente neste mesmo sítio, nestas mesmas salas, nestes mesmos corredores —, à vossa frente está metade da equipa de política da TSF: eu e a Judith.

Portanto, somos quatro pessoas a fazer notícias relativas ao Presidente da República, cuja agenda conhecem perfeitamente, ao Governo, à Assembleia da República e à vida partidária. Nem fazemos Tribunal Constitucional — tentamos, mas, enfim...

Portanto, já podem ver que, ao dia de hoje, antes de um despedimento coletivo, um dos *cores* das áreas centrais na TSF, que é a política, é assegurada por quatro pessoas. Só isso já deve fazer pensar um pouco.

Uma outra coisa que faz pensar é estarmos a caminho de duas eleições bastante importantes, no País e na Europa. Que cobertura da campanha eleitoral é que nós podemos fazer numa redação em que vão ser cortados os postos de trabalho de 30 pessoas?

Mas, vamos então às situações laborais. De facto, a Comissão de Trabalhadores tomou posse agora em novembro e, portanto, foi com alguma «surrealidade» e inexperiência que chegámos a este trabalho, mas temos uma vantagem face aos Conselhos de Redação, que é termos tido, de alguma forma, diálogo com o Conselho de Administração, até porque, legalmente, são obrigados a isso.

Partindo já para as respostas às Deputadas do PCP e do Bloco de Esquerda, respetivamente Paula Santos e Joana Mortágua: tem, de facto, havido um diálogo entre a Comissão de Trabalhadores e o Conselho de Administração. Se calhar, não tão claro, também não tão profícuo como se desejava, mas, a partir do momento em que nos foi transmitida a necessidade de cortar postos de trabalho, a Comissão de Trabalhadores deixou bem claro que o projeto que a TSF hoje faz, miraculosamente, é impossível de ser assegurado.

Prova disso é o facto de ainda não ter havido despedimento, mas já ter havido dias em que as madrugadas não tiveram um técnico a trabalhar — e somos uma rádio que trabalha 24 horas por dia, com noticiários de hora a hora e sínteses dos mesmos às meias horas. Acontece que, neste Natal, não

vamos ter jornalista a fazer noticiários durante a madrugada na TSF — e ainda não houve um despedimento coletivo!

Aprovámos em plenário de trabalhadores esta via de comunicação, mas, de facto, a TSF está em vias de extinção. Não é apenas um *sound bite*, é mesmo aquilo que está a acontecer.

Sobre o fundo nada sabemos, apesar de parecer uma entidade corpórea, porque sabemos que «o fundo fica zangado», «o fundo não gosta», «o fundo tem receio», «o fundo, se calhar, está a pensar ir-se embora». Mas não sabemos o que é que, de facto, dá corpo a este fundo. Estas são preocupações.

Já alertámos — e quando falo em «nós» falo na Comissão de Trabalhadores — para o facto de os danos reputacionais que estão a ser causados não o serem pelas ações dos jornalistas de toda a Global Media. Eles são causados, nomeadamente, por múltiplas declarações na comunicação social por parte dos membros do Conselho de Administração do Global Media Group.

Há ainda outros dados que temos de ter em cima da mesa, neste momento, além daquelas promessas de investimento feitas em setembro e que chegam a novembro e dezembro e se transformam num despedimento coletivo. Temos de ter em atenção que esta administração, de facto, entrou há pouco tempo, mas o discurso é muito similar a todas as outras administrações que chegam, que se deparam com problemas, que não estavam à espera de que aquilo tivesse acontecido e são buracos atrás de buracos e auditorias que são feitas e que revelam problemas financeiros em todo o lado.

Esta Comissão de Trabalhadores, face a estas notícias de despedimento coletivo, disse: «Mas, então, se há erros de gestão, porque é que não tentam primeiro acionar os meios judiciais para ir cobrar e pedir indemnizações às pessoas que cometeram esses erros de gestão?» A resposta

que obtivemos da última vez que trouxemos este assunto para cima da mesa foi: «Neste momento estamos concentrados no futuro.» Ao que nós voltámos a responder: «Mas foi o passado que nos trouxe até aqui e é, de facto, o motivo recorrente para assinalar que não há outra margem a não ser um despedimento coletivo no Global Media Group; são os buracos financeiros deixados por outros.» Então, aconselhei a que esses outros, sucessivos Conselhos de Administração...

É que também existe outra coisa: estamos no negócio da comunicação social, mas o património do *Diário de Notícias*, do *JN*, foi vendido nos últimos anos, portanto, é mais do que um negócio da comunicação social, é também um negócio imobiliário. Para um fundo de investimento qual é o verdadeiro interesse que está aqui? Nós não sabemos, mas não é propriamente comum, e não há de ser para salvaguardar — mas isto é um juízo que eu faço — a pluralidade e a democracia, nomeadamente a democracia em Portugal.

Uma outra coisa ainda relativa à TSF: de facto, estamos numa outra circunstância, somos um meio diferente; não somos um jornal, temos a audiência que temos, somos uma rádio de palavra, e temos essa garantia de que, de facto, a TSF é para continuar, no sentido em que o Conselho de Administração diz que não se quer desfazer da rádio. Mas já alertámos para o facto de a TSF que temos hoje já não ser a TSF — ainda tem aqui qualquer coisa dela — que era.

O que vão fazer com menos 30 pessoas — menos cinco, menos duas —, quando, como se vê, ainda não houve um despedimento e já não conseguimos assegurar noticiários no próximo fim de semana? Não será claramente a TSF, não é aquilo que os portugueses, inclusive os Srs. Deputados, estão habituados a ouvir ao longo destes 35 anos.

Além dos números que a Judith acabou de referir sobre os prejuízos, esta Comissão de Trabalhadores já pediu as contas, duas vezes de forma oral

e uma vez por escrito, e ainda não as recebeu e, portanto, não as podemos analisar — como está previsto na lei — e, como ainda não tivemos acesso às contas, falamos um pouco no abstrato.

Mas uma coisa que sabemos — e até por via dos comerciais do Grupo — é que qualquer produto comercial no Grupo Global Media tem vantagem comercial, ou seja, é mais rentável para a empresa se a TSF estiver nesse pacote. O facto de a TSF estar num pacote comercial de, imaginem, venda de publicidade ou de algum produto, juntamente com o *DN*, com o *JN*, faz com que esse valor aumente. Portanto, a marca TSF é, também ela, agregadora de valor comercial.

Depois, há saídas sistemáticas de pessoas que poderiam eventualmente ganhar muito melhor do que as condições salariais que são hoje em dia oferecidas na TSF — a própria administração reconhece que a média salarial na TSF é 500 € abaixo dos outros títulos do Grupo, pelo que não se percebe.

Temos aqui um cenário em que não se consegue discernir por onde é que se quer ir, como é que se quer ir, ou se existe essa aposta — como também perguntava aqui, creio, a Deputada Joana Mortágua —, essa estratégia relativamente aos títulos do Grupo.

Sabemos que a estratégia — e é pública, na entrevista que o CEO (*chief executive officer*) deu ao ECO —, como também nos foi dito, é apostar no *DN* como âncora, para não deixar morrer o título, de resto um título que contratou, ao longo dos últimos meses, vários profissionais. Enfim, dir-me-ão que a redação estava bastante esvaziada. E efetivamente, estava, mas, contas gerais, foram contratadas cerca de 10 pessoas, entre chefias e jornalista séniores, sem recorrer a mobilidade interna, dentro do Grupo Global Media — são estratégias e opções. Será também criada a nova marca *É Brasil*, virada para o Brasil.

Mas, para terminar, a estratégia da administração, dita a esta Comissão de Trabalhadores, é que a âncora seja o *DN*, também o *Açoriano Oriental* e a TSF, mas uma TSF reformulada e refundada. Ora, uma TSF reformulada e refundada não é a TSF.

Acho que os Srs. Deputados têm de saber, mas os portugueses também têm de saber — e é, de facto, um *cliché*, mas é *cliché* por alguma razão —: perdendo a TSF, perdendo o *Jornal de Notícias*, como temos vindo a perder o *DN*, perdendo *O Jogo*, perdendo os profissionais deste grupo de média que é detido sabe-se lá por quem, está em causa, de facto, a democracia portuguesa. E é bom que toda a gente esteja ciente disso e é essa a nossa linha de atuação.

Para terminar, não temos decisões totalmente fechadas, mas pretendemos — utilizando também este chavão — um «sobressalto cívico» na sociedade em prol da TSF, porque se é para cair, certamente, cairemos de pé.

O Sr. **Presidente**: — Como se vê, é mais fácil cortar linhas do que cumprir os 5 minutos de intervenção.

Vamos prosseguir, dando a palavra aos diferentes grupos parlamentares.

Começamos as rondas pelo maior grupo parlamentar da oposição e, por isso mesmo, dou a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD e à Sr.<sup>a</sup> Deputada Cláudia André.

A Sr.<sup>a</sup> **Cláudia André** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Membros dos Conselhos de Redação aqui presentes, manifesto, desde já, toda a solidariedade e preocupação com a circunstância aqui relatada.

Manifesto a minha solidariedade também com os jornalistas, com os profissionais da comunicação social e a minha profunda preocupação sobre

tudo o que foi aqui referido e tudo o que sabemos pelos vossos jornais sobre as circunstâncias e as dificuldades do Global Media Group, que, necessariamente, implicarão uma menor qualidade da democracia, como também VV. Ex.<sup>as</sup> já referiram por diversas vezes.

E a grande e profunda preocupação do PSD começa e acaba precisamente aí, porque sabemos que, sem comunicação social, não temos, certamente, uma democracia de qualidade. Precisamos da comunicação social para ter qualidade democrática. A Constituição da República Portuguesa no seu artigo 37.º assim reconhece o direito de todo o cidadão à informação, e a divulgação da informação no território é igualmente fundamental.

Preocupou-me especialmente a questão relatada aqui sobre os jornalistas longe das redações de Lisboa e do Porto que não têm meios financeiros nem materiais para sair de casa. Sendo eleita pelo interior do País, obviamente que é assustadora a perspetiva de já não termos muita voz e passarmos a estar completamente calados.

Dou os parabéns, como é evidente, por todo o trabalho de informação que têm desenvolvido ao longo de décadas, enviando um especial cumprimento a todos os que desenvolvem a *Volta ao Mundo* — sou particularmente fã dessa revista — e também à TSF, com quem trabalhei a propósito da divulgação do *Terra a Terra*, que passou pelas bandas do interior e que tem, de alguma forma, também dado eco a esta importante portugalidade, de que tantas vezes o mundo nos distancia.

A nossa preocupação com a qualidade democrática e, portanto, com a qualidade da informação e com a capacidade de produzir boa informação...

*Pausa.*

Sr. Presidente, peço desculpa, mas vou ter de interromper.

*Neste momento, a Deputada começou a sangrar do nariz.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos fazer uma pausa de 2 minutos.

*Pausa*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos. Peço só um pouco de atenção. Estava no uso da palavra o Grupo Parlamentar do PSD, com a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cláudia André, a quem dou a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Cláudia André** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa por este percalço.

Estava eu a dizer que a nossa preocupação, no PSD, reside, precisamente, na qualidade da informação, que resulta necessariamente na qualidade da democracia. Necessitamos de bons profissionais que nos relatem informação verdadeira, especializada, completa e que, para isso, será necessariamente uma obrigação, por parte de todas as empresas de comunicação — sejam públicas ou privadas —, darem as melhores condições de trabalho a quem desempenha esta tão nobre missão de informar os portugueses.

Reconhecemos que as empresas têm de ser sustentáveis. A Global Media Group está em dificuldades. Enfim, existem várias razões para isso, o que é facto é que também percebemos que não está só dependente de eventual financiamento.

Sabemos que ao longo dos anos — e, aliás, os senhores jornalistas referiram-no aqui — não têm existido medidas, as quais não têm de ser necessariamente só o financiamento, mas, sim, meios legais que, de alguma



forma, ajudem as empresas a adaptarem-se aos novos desafios, que ajudem as empresas a trabalharem com todo este mundo em constante mudança. Portanto, o Estado e o Governo também são grandes responsáveis por este limite que se vem agravando ao longo dos anos.

Consideramos que os órgãos de comunicação social não têm estado amparados, não têm estado acompanhados pelos diversos Governos do Partido Socialista, os quais, de alguma forma, não têm demonstrado vontade ou sensibilidade para adaptar e para ajudar de uma forma não necessariamente só financeira, mas também com os meios legais. A pouca sensibilidade para estes problemas, a interlocução entre o Governo e todas estas empresas e, também, as redações e os sindicatos de jornalistas têm estado de alguma forma afastados destas preocupações.

Por isso, consideramos que a responsabilidade do Governo é bastante. Sabemos que não é suficiente, pois não foi só a responsabilidade do Governo que provocou este colapso, mas, de qualquer maneira, a inação governativa é uma parte do problema, é uma parte da falta da solução.

Trago algumas questões, algumas das quais já foram abordadas pelos senhores jornalistas. No entanto, pergunto se consideram que tudo foi feito por parte do Governo, se foram feitos todos os esforços para evitar que culminasse nesta situação. Falo na questão global — não estou a falar especificamente na ação do Governo para com a Global Media Group, mas do tratamento da comunicação social e dos seus meios legais no geral — e se consideram que foi tudo feito para evitar este desfecho que estamos a ver. Pergunto, também, se consideram que o Governo tem a obrigação de garantir e de se preocupar com a boa saúde das redações.

Por fim, a última pergunta vai neste sentido: o Governo abandonou, ou deixou em *standby*, as negociações com o eventual financiamento e apoio para este Grupo, adiando-as para o próximo Governo. Qual o entendimento

de VV. Ex.<sup>as</sup>, concordam ou não concordam? Que solução propõem, de imediato, para evitar o pior daquilo que aqui foi relatado?

O Sr. **Presidente**: — Damos agora a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sara Velez.

A Sr.<sup>a</sup> **Sara Velez** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito bom dia a todos. Gostava de vos cumprimentar e agradecer a vossa presença — dos Conselhos de Redação e, também, da Comissão de Trabalhadores —, sublinhando a importância e a oportunidade dos requerimentos que foram aqui apresentados pelo BE e pelo PCP, e que votámos favoravelmente, com gosto, e que nos permitem estar aqui, pelo segundo dia, nestas audições, que serão três, pois amanhã também teremos cá a ERC.

São três dias que dedicamos à preocupante situação que se vive no Global Media Group e aproveitava também para, em nome do Grupo Parlamentar do PS, apresentar a nossa solidariedade para com todos os trabalhadores, jornalistas, cuja situação acompanhamos com diferentes diligências, já há alguns meses, e com quem temos tido a oportunidade de conversar.

A questão é verdadeiramente importante porque o Global Media Group é um dos principais grupos de *media* em Portugal, detentor de um conjunto muito importante e significativo de títulos, como são os casos do DN, do JN, da TSF, do jornal *O Jogo* — títulos e marcas em que os portugueses confiam, que se habituaram a ler e a ouvir há muito tempo e que, por esse motivo, acompanham certamente com preocupação a situação que se vive no Grupo, como aliás todos nós.

Por isso é também importante para nós, enquanto Deputados desta Assembleia, acompanhar de perto aquilo que se passa no Grupo, porque o

que se passa aqui também é muito importante para perceber a salubridade da comunicação social em Portugal.

Este interesse é fundamental porque a imprensa, a sua qualidade, a forma e as condições em que os seus profissionais — os jornalistas — exercem as suas funções, são também essenciais para aquilo que consideramos ser a qualidade da nossa democracia. Não há democracia sem imprensa livre e a liberdade de imprensa, bem como a liberdade dos jornalistas que lá trabalham, são imprescindíveis para esse desígnio que, já agora, também ela, tem dignidade constitucional, como já alguns de vocês também referiram aqui.

Já o tenho dito noutras circunstâncias, e não posso deixar de o fazer hoje, que a imprensa livre e independente tem esse importantíssimo papel na nossa democracia, que é o de escrutinar o funcionamento de todas as nossas instituições democráticas — informando, discutindo, contraditando e sendo, muitas vezes, o farol do pluralismo e da diversidade temática —, informando a opinião pública, dando-lhe o espírito e sentido crítico da avaliação de tudo o que vai acontecendo no nosso País.

Ora, olhando para o histórico da situação que aqui nos traz e que culmina com a ameaça de despedimento coletivo no Global Media Group, tendo em conta algumas das preocupantes situações que nos foram colocadas aqui, ontem, e já reforçadas hoje, gostaria de sublinhar, nomeadamente: que um grupo cuja salubridade financeira era equilibrada e positiva passou a viver mal e a ter uma situação difícil, depois de ser adquirido por um fundo financeiro internacional que ninguém sabe quem é; que esta operação — que iria servir para trazer novos investimentos e reforçar títulos do Grupo — resultou, em pouco tempo, em despedimento coletivo ou em propostas de rescisão, não deixando, ao mesmo tempo, de se fazer contratações para novas assessorias e de se criar novas direções, ou até de haver espaço para a criação de novas publicações; no caso da TSF, com a destituição de um diretor

editorial e a nomeação de um novo, sem ouvir qualquer membro do Conselho de Redação; redações demissionárias; baixos salários, salários em atraso, que foram aqui referidos; subsídios de Natal em risco ou pagos de forma — podemos dizer, tal como já disseram — alegadamente duvidosa, através de duodécimos; questões que colocaram de diferentes incumprimentos da legislação laboral; citando uma das jornalistas que aqui esteve ontem, foram «redações transformadas em nanoredações»; relativamente aos cortes que têm vindo a ser feitos, cito uma outra vossa colega que ontem nos disse «estamos no osso».

Todas estas questões e outras que aqui foram colocadas ontem pelos representantes dos trabalhadores são muito graves e descrevem uma situação difícil, desde logo porque os trabalhadores têm direito, naturalmente, à sua retribuição e a viver a vida com dignidade. Isto tem sido dito algumas vezes, mas nunca é demais repetir: nenhum jornalista — e eu acrescentaria nenhum profissional — pode ser verdadeiramente livre na sua ação quando lhe faltam recursos para viver com dignidade.

Hoje temos aqui os Conselhos de Redação. Os Conselhos de Redação são o coração dos órgãos de comunicação social. São um órgão através do qual os jornalistas participam na orientação editorial do órgão de comunicação e a quem compete, entre outras coisas: cooperar na orientação editorial; pronunciar-se sobre a designação ou demissão das entidades proprietárias, dos diretores, bem como dos subdiretores ou diretores adjuntos; dar parecer sobre a elaboração e alterações aos estatutos editoriais; pronunciar-se sobre a invocação dos jornalistas ao direito que têm à sua independência.

Enfim, como já dissemos hoje, a comunicação social tem papéis que estão consagrados na lei, estão consagrados na Constituição e em todo esse conjunto de legislação, nomeadamente na Lei de Imprensa e no Estatuto do Jornalista.

Assim, a questão que vos deixava, e para terminar, é mesmo esta: de que modo é que toda esta situação aqui descrita — ontem por representantes dos jornalistas e hoje por vocês, enquanto comissão de trabalhadores e Conselhos de Redação— põe em causa todos estes direitos e garantias que a legislação em vigor prevê e protege, e de que modo é que a liberdade e a qualidade da nossa democracia também estão em causa? Sei que já abordaram o assunto, mas dava-vos também a oportunidade de poderem aprofundar na vossa intervenção final.

O Sr. **Presidente**: — Vamos ter de avançar porque o Sr. Deputado do partido Chega não está neste momento na Sala. E, portanto, dava a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimento, também, os senhores representantes dos Conselhos de Redação do *Jornal de Notícias*, do DN, da TSF, do jornal *O Jogo*, e a Comissão de Trabalhadores da TSF.

Parece-me que é consensual que a comunicação social é um pilar para sociedades abertas e plurais. Sem um jornalismo verdadeiramente livre e sem o seu necessário escrutínio não podemos ter uma verdadeira democracia liberal, que todos nós prezamos, e também uma verdadeira liberdade de imprensa enquanto direito fundamental que está, aliás, consagrado na nossa Constituição.

Portanto, é com alguma preocupação que a Iniciativa Liberal tem assistido ao anúncio desta vaga de despedimentos anunciada pelo Global Media Group. Permitam-me uma nota pessoal, uma vez que sou Deputada eleita pelo círculo eleitoral do Porto: habituei-me a ver o *Jornal de Notícias* enquanto órgão de comunicação social de referência, não só na cidade do Porto, mas também na zona Norte, e é com alguma apreensão e até com

alguma tristeza que vejo que o único jornal nacional que não é feito a partir de Lisboa — e que deve ser valorizado também por isso — está a atravessar esta grave crise e este tão infeliz momento.

Temos redações mais curtas, com menos investimento, mais produção imediata em laboração contínua, e isto põe a investigação jornalística sob uma pressão constante, que por vezes está sujeita a condições inaceitáveis. Nos últimos 3 anos também temos assistido a centenas de profissionais do jornalismo que perderam os seus empregos, viram os seus salários reduzidos, passaram de trabalhadores efetivos a eventuais, e nós não ignoramos as dificuldades que têm vindo a atravessar durante estes últimos anos e que hoje culminam nesta vaga de despedimentos.

Grupos como o Global Media, que outrora foram bem geridos e eram um exemplo, têm produzido esta vaga de despedimentos ao ponto de alguns títulos serem hoje assegurados com um número muito escasso de profissionais. Não é por acaso que os jornalistas da TSF fizeram recentemente a sua primeira greve na história deste órgão de comunicação — e isto é de especial relevância e deve ser tido em conta. Também no JN fizeram a sua primeira greve em 35 anos de existência. Também não é por acaso que Diretores dos três órgãos de informação deste Grupo se encontram demissionários. Acresce também a isto a aparente falta de cumprimento da lei da transparência dos *media*, o que obriga à identificação dos proprietários de órgãos de comunicação social e, portanto, perante todo este panorama, a Assembleia da República tem o dever de estar consciente do problema, mas também de fazer aquilo que estiver ao seu alcance para que, na medida do possível, isto se possa resolver.

Portanto, afirmamos a convicção de que sem um jornalismo saudável a nossa democracia fica doente. Por isso, a acrescer às perguntas que já foram feitas pelos outros grupos parlamentares, às quais nos associamos, gostaria também de perguntar o seguinte: tendo sido anunciado o afastamento

iminente de 200 pessoas no Global Media Group e sendo o quarto despedimento em massa registado neste importante Grupo desde 2009, como é que é possível ou como é que tem sido possível assegurar um trabalho de qualidade perante este panorama?

Queria também perguntar, presumindo que já contactaram a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), o que é que vos foi dito por esta entidade?

Na vossa opinião, a Lei n.º 78/2015 — que visa promover a transparência da titularidade da gestão e dos meios de financiamento das entidades proprietárias de órgãos de comunicação social — está ou não a ser violada? Neste contexto, como é que avaliam a intervenção da ERC como entidade reguladora do setor?

Por outro lado, pergunto se existem garantias para a manutenção do importante arquivo dos títulos jornalísticos mais antigos do Grupo, como o *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias*, ambos já centenários?

Por último, tendo em conta que o Sr. Presidente da República pediu, recentemente, que seja feito um levantamento exaustivo e rigoroso da informação, de forma a que possa ser debatido e analisado no próximo Congresso dos Jornalistas, gostaria de perguntar qual é o contributo que tencionam levar a este Congresso?

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora encerrar esta primeira ronda de intervenções e dar a palavra ao grupo parlamentar requerente. Na verdade, são dois grupos parlamentares requerentes, mas só cá está o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, e, portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, podemos dar-lhe a palavra para nos próximos dois minutos também fazer a sua intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, não restam muitas questões, pelo menos das que possam ser respondidas aqui e agora, mas há muitas outras questões por responder.

Reforçava apenas as perguntas que foram feitas sobre o impacto desta situação no trabalho, não só dos despedimentos, mas também da incerteza sobre quem vai ser despedido e em que circunstâncias, e como é que isso vai impactar no trabalho dos vários títulos, sendo que, como já foi dito, nós vamos entrar numa campanha eleitoral, que é um dos momentos em que o jornalismo ou a sua falta mais se faz sentir e, portanto, queria pedir-vos algum comentário relativamente a isso.

Já agora, só mais uma pergunta, que ainda tem que ver com a questão anterior, e que agora lembrei-me que ia fazer. Sobre a situação financeira da empresa houve um conjunto de notícias, muitas delas não confirmadas, nomeadamente sobre o património do DN, de que teria algum património — outro tipo de património além do edifício — cujo destino não sei se foi vendido. Queria perguntar se há alguma ideia de que esse património exista, de quanto é que vale e se está ao dispor do Grupo, ou se há algum conhecimento sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Bem, nós encerramos assim a primeira ronda. Vamos devolver a palavra aos representantes dos Conselhos de Redação e da Comissão de Trabalhadores da TSF. Faço novamente essa recomendação de que tentem responder às questões que foram colocadas. Vou pedir ao Augusto Correia, que é o primeiro, para não tentar responder a todas as perguntas colocadas. A experiência diz-nos que, à medida que formos avançando, vamos respondendo às questões colocadas pelos Srs. Deputados.

Bem, se calhar ainda vamos fazer mais uma pergunta que restava, por parte dos grupos parlamentares, antes de passar a palavra aos representantes.



Vamos devolver a palavra ao Grupo Parlamentar do PCP, que também foi requerente desta audição. A Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos tem, pois, a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, eu também queria, antes de mais, fazer uma referência: estão a ocorrer duas audições — esta e outra aqui ao lado, que também foi sugerida pelo PCP — e, portanto, também estive lá, e por isso este meu atraso, que queria naturalmente justificar.

Nesta fase da nossa audição, queria mencionar dois aspetos, para ser sintética. Em primeiro lugar, os elementos que aqui partilharam connosco — relativamente à situação dos trabalhadores, às preocupações para assegurar uma informação de qualidade, aos princípios que devem ser respeitados e cumpridos na defesa da liberdade e da democracia — são, de facto, aspetos de grande relevância e eu queria agradecer muito porque este conjunto de audições que temos estado a fazer, ontem e hoje, já permitiu à Comissão ter mais informação relativamente a estas preocupações e a estas questões que se colocam.

Eu ontem fiz essa referência, mas o Sr. Presidente permita-me que faça também esta referência hoje, porque houve aqui aspetos que foram colocados, relativamente às questões das condições de trabalho, de uma forma mais global. Naturalmente, há aqui questões concretas e nós também estamos muito focados nestas questões concretas. Aliás, a primeira é evitar o despedimento coletivo, é assegurar os direitos de todos os trabalhadores, são as questões a salvaguardar e a proteger relativamente a esta questão.

O PCP tem vindo a discutir e a acompanhar, de facto, esta preocupação com a degradação das condições de trabalho no setor da comunicação social, e o que é que isso pode implicar e condicionar, como já foi aqui referido, do ponto de vista da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão, do acesso à informação, pois estamos a falar de princípios constitucionais que devem naturalmente ser assegurados.

Também foi feita referência de que com a entrada do fundo houve todo este despoletar do despedimento coletivo, mas as coisas também não estavam bem antes. Também não posso também deixar de referir — aliás, já conhecem esta nossa apreciação e esta nossa reflexão — que este processo que temos tido no nosso País, que também está presente no Global Media Group, de concentração da propriedade dos órgãos de comunicação social, tem conduzido ou coloca questões no plano da pluralidade, no plano da independência.

Eu não podia deixar de fazer esta referência, porque as questões que se colocam agora no Global Media Group, não estão desligadas deste percurso que tem vindo a ser feito no nosso País e que coloca naturalmente muitas e muitas preocupações.

Inclusivamente, também existe, do nosso ponto de vista, uma intervenção e uma atuação por parte do Governo no setor da comunicação social, garantindo, naturalmente, como é óbvio, a sua independência, a sua pluralidade e a liberdade de expressão — não podia deixar de ser de outra maneira —, mas este processo de concentração de propriedade é, de facto, um processo negativo e os seus impactos têm sido negativos.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra aos Srs. Deputados, queria dizer que entraram três requerimentos do Partido Comunista Português...

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Era sobre isso que eu ia...

O Sr. **Presidente**: — Deixe-me só terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos. Entraram, pois, três requerimentos do Partido Comunista Português, nós aceitamos requerimentos orais no início da reunião, mas o que eu iria propor é que façamos um terceiro ponto para discutir estes requerimentos que entraram.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, faça favor, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, se me permite, queria referir que por questões relacionadas com vários compromissos, irei ter de me ausentar antes da conclusão da reunião. Queria deixar essa justificação e dizer que, naturalmente, o Grupo Parlamentar do PCP estará a acompanhar a audição, e eu própria também terei possibilidade de o fazer, mas solicitava que esses requerimentos pudessem ser agendados para amanhã como primeiro ponto.

O Sr. **Presidente**: — Então não será hoje, se ficam para amanhã. Muito bem, então fica esclarecida essa questão.

Vamos agora dar a palavra aos membros dos Conselhos de Redação. Peço-vos, então, algum cuidado na gestão dos tempos, com 5 minutos para cada um de vós.

Começo por dar a palavra ao Augusto Correia, do Conselho de Redação do *Jornal de Notícias*.

O Sr. **Augusto Correia**: — Srs. Deputados, Sr. Presidente, a sua sugestão de ontem resultou muito bem e, por isso, hoje, vou segui-la com mais entusiasmo.

Começaria, se calhar, por responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Cláudia André, do PSD, puxando um bocadinho a minha veia de dirigente sindical, não criticando diretamente o Governo nem os Deputados ou esta Assembleia, mas antes lembrando que, em 2019, o Sindicato dos Jornalistas organizou uma conferência sobre a sustentabilidade dos média e daí saíram uma série de medidas que, infelizmente, a única que foi aprovada, até hoje, foi a do desconto do IRS na compra de jornais ou de assinaturas. Não na forma como nós queríamos, pois queríamos na totalidade, mas sim uma percentagem do

IVA. Ainda agora estive a fazer contas, pois renovei a assinatura do *Expresso*, e isso dá 50 cêntimos de desconto... O Sr. Deputado Alexandre Poço diz que a proposta dizia respeito à totalidade? O que foi aprovado, o que está no IRS do ano passado é...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É 100 % do IVA que é devolvido...

O Sr. **Augusto Correia**: — Então, nesse caso, faço aqui o ato de contrição, peço as minhas desculpas. As contas que eu tinha feito era de 15 % do IVA, tal como acontece nos cabeleireiros ou nos automóveis. Mas se é a totalidade do IVA, isso é melhor. Eu sei que foi o PSD que apresentou a proposta, por isso, claramente, estará correto. Essa foi a única proposta que foi apresentada. O Prof. Rodrigo Tavares esteve nessa conferência e apresentou algumas das soluções que foram aqui apresentadas, que foram muito importantes, e é para isso que eu queria agora remeter: essas propostas já existem, estão em cima da mesa, era preciso que na próxima Legislatura, visto que nesta já vai ser difícil, algumas dessas propostas pudessem avançar.

Em relação à Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz, eu, enquanto jornalista do *Jornal de Notícias*, agradeço as palavras que dirigiu ao jornal. Lembro que — tal como o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, também da Iniciativa Liberal, falou aqui ontem — Portugal tem um problema de mercado, e tendo Portugal esse problema de mercado dos média, o mercado não é suficiente para a diversidade e a pluralidade que nós precisamos. Por isso é preciso criar mecanismos para apoiar esse mercado. O João Pedro Henrique disse, aqui, que os jornais em papel ainda são uma fonte de receita importante de publicidade, e isso é verdade, porque a publicidade da *internet* é muito menor. Os jornais em papel também são uma fonte de coesão territorial: levam as notícias a mais pessoas, são lidos por várias pessoas nos cafés, até

são uma forma das pessoas interagirem e manterem laços, enquanto leem o jornal, enquanto esperam pelo jornal.

Digo à Sr.<sup>a</sup> Deputada Cláudia André que nós temos mais de 50 % do País que está em deserto noticioso. Quer isto dizer que há uma parte muito significativa do País — perto dos 60 % — a que não chega qualquer tipo de informação. Tal como o João Pedro aqui disse, se as pessoas não receberem informação séria, de qualidade e rigorosa, vão pender para as bandas, para os extremos e, nesse caso, é toda a democracia que está em causa.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, temos ideia de que existe algum património e de que há essencialmente dois tipos de património: por um lado, o melhor que este grupo tem, que são os seus profissionais, os jornalistas e todos os trabalhadores, e de que é graças a esta grande capacidade de trabalho, a esta paixão por aquilo que fazem e pelo trabalho que têm, que se tem conseguido manter as redações a funcionar ao fim de três ou quatro despedimentos coletivos. O Filipe falou, aqui, da forma como funciona a TSF, mas não é exclusivo. O *Jornal de Notícias*, embora tenha mais jornalistas, também sofre diariamente com a falta de pessoas, também sofre diariamente por não ser capaz de fazer o trabalho que mais gostaria de fazer. Temos, pois, esse património que são as pessoas, mas também temos algum património — que é cada vez menor, porque tem sido sempre vendido — que creio que será mais obras de arte e pouco mais, porque os terrenos foram vendidos, os edifícios foram vendidos.

Ontem perguntava o Sr. Deputado da Iniciativa Legal, que ficou sem resposta, mas eu gostava de dar a resposta hoje: não sentimos qualquer efeito da venda de património nas redações, nem na melhoria das nossas condições de trabalho, nem nas nossas condições de vida. Eu não vou alongar-me muito mais porque também quero deixar que os meus camaradas possam responder às demais perguntas.

Em relação à ERC, eu pessoalmente acho que a ERC pediu informações e creio que ainda está à espera. Era bom que fosse mais rápido, para não estarmos nesta indefinição durante muito mais tempo, porque esta incerteza do que vai acontecer, esta indefinição se vamos ou não receber salário — já é uma certeza que não vamos receber subsídio de Natal, esse, algum dia havemos de receber — mata-nos, isso faz muito mal às redações, isso prejudica o nosso dia-a-dia, isso prejudica a nossa forma de trabalhar, prejudica também a nossa capacidade de trabalhar e até de fazer melhor jornalismo.

Eu posso tentar responder a mais uma outra pergunta que tenho aqui. A situação financeira também já foi abordada. Quanto à estratégia do Grupo, eu estou como os meus camaradas, pois ninguém sabe qual é a estratégia, mas o que tememos é que haja uma ideia de destruição das redações, com o despedimento de jornalistas, e que se crie uma espécie de redação única do GMG, quando uma redação única não terá a diversidade e a pluralidade que as pessoas merecem e que todos nós merecemos — do jornalismo que faz o *DN*, do jornalismo que faz o *JN*, do jornalismo que faz *O Jogo*, do jornalismo que faz a *TSF*, o *Açoreano Oriental*, a *Volta ao Mundo*, a *Evasões*, a *Notícias Magazine*, a *Men's Health*, a *Women's Health*, a *N-TV* e o *Delas*, que são os títulos do Global Media Group.

É essa diversidade que também temos de defender, e defender o jornalismo como um todo, como pilar da democracia, que a Sr.<sup>a</sup> Deputada do PS aqui referiu. Gostava só de recordar que, como disse um amigo meu, a história mostra que uma sociedade desinformada vira mais facilmente a cara para o lado perante os abusos dos direitos humanos, tolera mais facilmente a iniquidade ou não escrutina convenientemente as decisões políticas e dos decisores.

E acrescento que é por isso que é muito importante salvar este Grupo, é por isso que é muito importante o apoio que estamos a sentir dos Deputados

da 12.<sup>a</sup> Comissão, é por isso que é muito importante a visibilidade que se dá a isto. Eu, pessoalmente, quero acreditar que vivo num país em que as instituições funcionam, em que é possível salvar este Grupo e salvar uma parte fundamental do que é o jornalismo, do que é um pilar da democracia.

O Sr. **Presidente**: — Damos agora a palavra à Ana Luísa Magalhães, do Conselho de Redação do jornal *O Jogo*.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Luísa Magalhães**: — Sr. Presidente, vou tentar responder a mais algumas perguntas que nos foram feitas.

Creio que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cláudia André, do PSD, há pouco se referia à questão da Lusa, correto? Creio que esse processo já foi explicado, mas posso voltar a abordar. O que aconteceu foi mais uma incongruência desta empresa, que achou normal anunciar a intenção de despedir, na altura, 150 pessoas, ao mesmo tempo que estava a negociar com o Estado e que, segundo saberão, até melhor do que eu, havia amplo consenso partidário nesta questão.

Pareceu-nos normal que não quisessem ficar com o ónus de financiar um despedimento coletivo, tocaram as campainhas todas quando rebenta esta bomba — perdoem-me a expressão! —, no mesmo dia em que a Direção-Geral do Tesouro apresentou a proposta para a compra das ações da Lusa. Isso foi no mesmo dia, ou um dia antes, em que a administração da empresa anunciou a alguns delegados e a alguns representantes dos trabalhadores que queriam mandar pessoas para a rua. Pareceu-nos normal que o Estado quisesse adiar a resolução deste problema ou desta questão para a próxima Legislatura.

Como é que nós conseguimos garantir jornalismo de qualidade com sucessivos despedimentos coletivos? Volto a frisar: todos eles foram apresentados como uma «solução inevitável, um sacrifício necessário»,

«vamos fazer este sacrifício para salvar postos de trabalho no futuro». Foi sempre mentira, nunca foi assim. Foi em 2009, foi em 2014, foi em 2020, e agora estamos aqui outra vez. É sempre a solução, mas nunca é.

Nós conseguimos garantir jornalismo de qualidade com grande sacrifício pessoal e com um enorme espírito solidário, mas a corda tanto estica que rebenta. Não somos máquinas e multiplicam-se os casos de depressão, de *burnout*. Eu passei por isso... peço desculpa... eu passei por isso e realmente só com grande paixão e com grande amor a esta profissão e a esta causa é que se consegue passar por cima das marcas profundas dos despedimentos coletivos de que fomos alvo.

O jornal *O Jogo* é uma redação jovem, mas com memória, não só a memória desportiva, mas também a memória destas marcas profundas dos despedimentos anteriores. É uma redação jovem que quer crescer. Tem vários casos de jornalistas que fizeram estágio curricular e depois foram integrados nos quadros. Eu também sou um desses casos. Nós poderíamos fazer muito mais e melhor se nos dessem as devidas condições para isso.

Mesmo assim, o jornal *O Jogo* tem as contas perfeitamente equilibradas e dá lucro. Em junho de 2023, chegou a ter uma audiência de 1,6 milhões de pessoas no *online*, que é uma fonte de receita cada vez mais importante para todos os meios de comunicação social. Conseguimos estar à frente da concorrência, inclusivamente nesse mês.

Estamos condenados à extinção desde 22 de fevereiro de 1985, quando este jornal foi fundado, isto porque não havia espaço, porque não podia ser, porque era uma ideia maluca, porque já havia dois grandes jornais desportivos em Lisboa, ou feitos a partir de Lisboa, e esta ideia maluca de criar um no Norte não fazia sentido. Ainda cá estamos, queremos continuar a estar e queremos continuar a estar com a nossa identidade cada vez mais reforçada e vincada.



Há dois jornais nacionais sediados no Porto, um deles é um monstro, no melhor sentido da palavra, que é o *Jornal de Notícias*, e o outro somos nós. Para cobrir o fenómeno desportivo neste País, com o impacto profundo que tem a nível social, cultural e económico, é essencial que haja pluralidade, que haja diversidade e que haja uma voz vinda de todos os territórios.

E com isto — atenção! —, faço questão de sublinhar o trabalho inexcedível dos nossos companheiros de Lisboa, como é evidente, pois fazem um trabalho extremamente valioso para o jornal *O Jogo*, mas não deixa de ser importante que haja um jornal desportivo a partir do Norte, ou sediado no Norte, onde se dá um pontapé numa pedra e aparece uma associação desportiva, um clube e imensos atletas federados, dos mais jovens aos mais velhos. Há todo o fenómeno muito complexo do desporto que tem de ser devidamente escrutinado e analisado por nós, e é fundamental que haja diversidade e pluralidade, com a nossa identidade respeitada.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar agora a palavra ao João Pedro Henriques, do Conselho de Redação do *Diário de Notícias*.

O Sr. **João Pedro Henriques**: — Primeiro que tudo, respondendo à Deputada Joana Mortágua sobre ativos do *Diário Notícias*, queria dizer que sou do conselho de redação. o conselho de redação tem uma competência, enfim, de fiscalização editorial do jornal e, portanto, não tenho nenhuma resposta para essa pergunta. Creio que os delegados sindicais ou a Comissão de Trabalhadores estarão mais bem preparados para responder a isso, mas não sei. Ouço falar coisas, mas falar coisas não é para se discutir aqui no Parlamento. Se quiserem, vamos lá fora e conversamos num café, mas aqui a coisa é mais séria.

Só queria terminar dizendo que há bocadinho sugeri algo a que eu próprio chamei uma lei de mecenato cívico, que concedesse benefícios

fiscais a pessoas e empresas que investissem nos órgãos de comunicação social. Não senti, da parte dos Deputados, nenhuma resposta ou comentário a essa ideia. Admito, por desconhecimento meu, que a ideia pode ser um absurdo, pode não fazer nenhum sentido, mas gostava de dizer que, pelo menos na parte pessoal que me toca, estarei atento aos programas eleitorais que forem apresentados nesta campanha, na parte que tem que ver com a comunicação social.

Na verdade, esta situação do Global Media Group, obviamente, tem de ter alguma espécie de reflexo no debate que se fizer na próxima campanha eleitoral, e ela está aí à porta, não é? Estaremos atentos e, obviamente, nós, trabalhadores, estamos a mexer-mo-nos o mais possível para evitar, para já, questões de curto prazo e dramas de curto prazo, tais como salários, atrasos nos pagamentos e o despedimento coletivo.

Ao mesmo tempo, insisto na ideia de que tem de haver um pensamento estrutural sobre a questão do financiamento dos média, indo, aliás, na sequência das sugestões já feitas pelo Sindicato dos Jornalistas sobre a sustentabilidade dos meios. Temos também de pensar em arranjar outra palavra que seja mais fácil de pronunciar para dizer «sustentabilidade», com, no mínimo, enfim, quatro sílabas.

Gostava de dizer que os órgãos de comunicação social que aqui estão representados são órgãos que nós podemos enquadrar como jornalismo de referência. O jornalismo não é só necessário para oxigenar, como eu disse, a democracia. Não é só a questão democrática que está em causa. O que também está em causa, com o jornalismo de referência, é a moderação no sistema democrático, é impedir que os extremos cresçam. No dia em que as pessoas deixarem de consumir órgãos de comunicação social convencionais — repito esta ideia! —, vão passar a dirigir a sua atenção cada vez mais para o *Twitter*, para canais privados do *Telegram*, do *WhatsApp*, etc. Eu não quero, eu não aceito a hipótese de a decisão eleitoral de cada um dos eleitores

portugueses passar a ser comandada pelos disparates que se escrevem no *Twitter*, conhecendo ainda por cima o dono do *Twitter*, que é, objetivamente, uma pessoa que é um doido varrido, e que ainda por cima protagoniza um discurso ultraliberal quando, basicamente, vive à conta do Estado, pelo menos no seu projeto espacial.

É muito importante insuflar a ideia da importância democrática dos meios de comunicação social convencionais, mas também a importância na manutenção de uma certa moderação na sociedade portuguesa. Nós estamos cá para isso, ou seja, nós estamos cá para fazer uma informação humanista, no sentido de dizer aos portugueses e denunciar as situações.

Agora, de facto, eu peço à classe política que tenha... nós queremos ser fortes e a maior parte das vezes queremos ser fortes — os jornais querem ser fortes — para chatear os políticos. É essa a nossa... obrigação. Não só os políticos, mas os economistas e quem tem poder em geral. Eu percebo que possa ser algo masoquista a classe política querer dar meios aos jornais para chatear a classe política — percebo. Mas a longo prazo é que isto interessa. A longo prazo é que isto interessa. E, portanto, insisto no pensamento estrutural que, julgo, tem de estar refletido nos programas eleitorais e estaremos cá para ver. Agradeço o vosso convite.

O Sr. **Presidente**: — Dava agora a palavra à Judith Meneses e Sousa, do Conselho de Redação da TSF.

A Sr.<sup>a</sup> **Judith Meneses e Sousa**: — Novamente agradecendo as perguntas que foram colocadas, vou tentar, se calhar, arrumá-las assim um pouco em dois grandes grupos: sobre a questão da forma como ainda se consegue trabalhar nestas condições e a repercussão que isso tem, ou não, nos direitos que também foram aqui referidos.

Abordava, agora, uma questão mais ligada à parte editorial, que tem a ver com a sangria sucessiva que tem acontecido nos quadros da TSF ao longo das décadas, que tem contribuído, por um lado, para esvaziar a redação de memória, porque nos sucessivos programas de rescisões foram saindo as pessoas que estavam na rádio com mais memória e que faziam parte do próprio ADN da rádio. Isso já é grave, porque uma redação sem memória é uma redação menos preparada para descodificar o mundo e para fazer aquele trabalho de mediação de que o João Pedro Henriques falava e que é o coração da nossa atuação. Por outro lado, podia dizer-se que saem os mais velhos, com memória, mas entra muito sangue novo.

No entanto, o que tem acontecido na TSF é que, mesmo o sangue novo que vai entrando — e, como eu dizia há pouco, apesar de agora estar num estado muito menos saudável do que estava, a TSF é e tem sido sempre uma escola de formação, porque os trabalhadores da TSF, os jornalistas da TSF, os técnicos da TSF, os animadores da TSF, todos eles partilham esse esforço de ajudar quem entra —, ou seja, os alunos que saem das faculdades e que entram como estagiários e que vão ficando, até agora muitos deles eram integrados nos quadros, mas o que está a acontecer agora é que mesmo eles, tal como os quadros que estão agora a sair por contratos não renovados, quando estão no ponto certo — no ponto do açúcar, como se costuma dizer —, saem.

Aconteceu agora com dois casos, com dois jornalistas — uma jornalista do *online* e um jornalista da redação do Porto, que já de si está muito exaurida — que fizeram um percurso excepcional e que estavam agora a dar um contributo fantástico à rádio, tanto em antena, como no *online*, como em programas de autor que traziam até um valor acrescentado, porque tinham patrocínio, e cujos contratos não foram renovados. E, portanto, não se compreende muito bem este duplo corte: corta-se na memória e corta-se no sangue novo. Com, obviamente, efeitos muito prejudiciais para a redação.

Para terem uma ideia, neste grupo de 30 trabalhadores, dos 70, estão jornalistas, estão técnicos, e o número de técnicos e animadores — que são as pessoas que fazem a antena — ultrapassa os...

Não sei se têm ideia de quantos técnicos é que há na TSF, mas serão à volta dos 10 ou 12, contando com Lisboa e Porto, e querem despedir 7. Como é que se faz uma rádio sem técnicos? Nós somos jornalistas, mas uma rádio não funciona sem técnicos, não funciona sem animadores, não funciona sem comerciais que trazem, enfim, receitas. E é aí que se está a querer cortar. Como aqui dizia há pouco outra camarada desta bancada, é sempre com a ideia de que «agora é que é, agora vamos cortar para ficar melhor». E vamos amputando braços, pernas, e, enfim, nesta altura só nos sobra quase a cabeça e o coração, sinceramente.

Sobre as responsabilidades políticas, penso que isto é mesmo uma questão de um sobressalto cívico, como diziam há pouco o Filipe e o João Pedro. Não sendo o tempo de campanha eleitoral propício a que se avance, na prática, com propostas concretas, e que se debata propostas, nós sabemos que o processo legislativo é longo, mas pode ser o início de uma discussão que pensamos mesmo que tem de ser feita. De facto, se este grupo colapsar, ou se este grupo ficar grupo apenas de nome e se for esvaziado dos órgãos de referência, ou se estes órgãos de referência passarem a funcionar numa espécie de redação mista, em que haja uma fusão de redações — com a TSF a deixar de ser a TSF que é e a passar a ter uma componente muito mais de música e muito menos de escrutínio em relação ao que tem hoje —, então já não será, de facto, a TSF, já não será o JN, já não será *O Jogo*, já não será o *Diário de Notícias*. E, portanto, o debate tem de ser feito e o tempo de campanha, de facto, é uma boa altura.

Ainda um outro ponto para fechar esta questão das questões editoriais: já temos sentido reflexo destas opções, nomeadamente com o corte de programas que faziam parte da antena da TSF, programas com os quais até

havia uma intenção de abrir a antena a outras vozes — vozes mais jovens, vozes femininas.

Esta semana aconteceu o caso mais recente — o Filipe está aqui ao meu lado e, provavelmente, não quer que eu o faça, mas eu falo por ele —, pois até esta semana o Filipe moderava um programa chamado *Ministério do Futuro*, que tinha como protagonistas a Graça Fonseca e o Miguel Poiães Maduro, e eles próprios tomaram a iniciativa de sair porque não quiseram fazer parte deste processo. O mesmo aconteceu, e com isto fecho, com o Fernando Alves, que é uma referência da TSF e que também saiu no preciso momento em que entrou esta administração, exatamente por suspeitar do que aí vinha e por contestar a forma como tinha sido conduzido o processo de afastamento do então Diretor da TSF, Domingos Andrade.

Para fechar, aproveitava a boleia do Fernando que, no dia a seguir à greve que a TSF fez, com 100 % de adesão, citava um verso de Paulo Leminski, que dizia «haja hoje para tanto ontem». É esse o apelo, de que «haja hoje para tanto ontem». Em nome da TSF, era a isso que eu queria apelar: a TSF tem um grande ontem, está a ter um hoje difícil e queríamos muito que tivesse um futuro, mas como TSF.

O Sr. **Presidente**: — Por fim, vamos dar a palavra ao Filipe Santa Barbara, da Comissão de Trabalhadores da TSF.

O Sr. **Filipe Santa Barbara** (Comissão de Trabalhadores da TSF): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, passando em revistas as várias questões que colocaram e seguindo a ordem, começaria pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Cláudia André, que mencionou aqui uma coisa sobre os jornalistas fora dos centros urbanos, que não têm meios financeiros para sair de casa — como também já foi referido, por causa dos correspondentes do JN —, mas não é só fora dos centros urbanos, pois nos centros urbanos também acontece.

Creio que ontem também terá ficado patente isso, e tem ficado patente ao longo do nosso trabalho, enquanto trabalhadores. Há pessoas que, em Lisboa, por não receberem a tempo e horas, não têm dinheiro para comprar o passe dos transportes. E nós sabemos que o passe já está, hoje em dia, mais barato do que um dia já foi. E, portanto, estamos a falar de pessoas que não conseguem pagar para ir trabalhar e que não sabem quando é que vão receber o seu ordenado.

Quanto às responsabilidades políticas, é óbvio que eu, enquanto representante dos trabalhadores da TSF, vou sempre dizer que nunca foi suficiente, porque nunca será suficiente. Mas também dando força ao argumento do João Pedro Henriques, creio que é necessário, por muito que custe, que os partidos se cheguem de facto à frente com pensamento político e com debate sério, sem atirar culpas para ambos os lados, pois sabemos que os Governos são de turno, as oposições são de turno e, portanto, cabe a todos, mas o jornalismo é sempre e só um — e é constante — e, portanto, é mesmo preciso pensamento. Aproveitemos os 50 anos de 25 de Abril para produzir esse pensamento.

Sobre o negócio da Lusa, creio que a camarada do jornal *O Jogo*, a Ana Luísa, já falou sobre isso. Nós já tivemos uma reunião com o Ministro Pedro Adão e Silva, que nos falou, enfim, como é que o processo decorreu. Há aqui algumas incompreensões, mas também já existem algumas incompreensões de raiz, nomeadamente o facto de esta nova Administração já contar com esse negócio, sabendo nós que esse negócio foi iniciado ainda por Marco Galinha. Há várias dúvidas que não estão esclarecidas, enfim, e que eu acho que importará esclarecer também nas audições que VV. Ex.<sup>as</sup> aprovaram aqui hoje.

E, sim, considero que o Governo tem de se preocupar mais com a boa saúde das redações, tal como todos os partidos políticos o devem fazer. Enfim, Sr.<sup>a</sup> Deputada Sara Velez, do Partido Socialista, penso que já

respondemos de modo geral à forma como estão impactados os direitos, as liberdades e as garantias.

Quanto à Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal, sobre a questão da ACT, sim, à medida que estamos a falar estão a ser feitas participações individuais, mas já houve uma participação coletiva, nomeadamente por parte dos sindicatos, que está, enfim, em tramitação, vamos ver. Nós, na Comissão de Trabalhadores, também já alertámos a Administração para a ilegalidade de pagar o subsídio de Natal em duodécimos no próximo ano, mas, enfim, a resposta é de que virá a multa. Não há dinheiro para pagar o subsídio, da mesma forma que não haverá dinheiro para pagar a multa que, enfim, for aplicada.

Vou deixar esta pergunta da qualidade para o fim. Como avalia a ERC? Enfim, acho que esta é uma queixa geral dos jornalistas em Portugal, de que o regulador não é muito presente, e, portanto, pelo menos a Comissão de Trabalhadores também agradecia que, de facto, a ERC fosse mais firme nos seus pronunciamentos e no seu trabalho enquanto regulador, pois é para isso que existe.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, sobre o património/espólio, nós, Comissão de Trabalhadores, questionámos o Conselho de Administração sobre o espólio, nomeadamente o espólio do *Diário de Notícias*. Sabemos que o arquivo do *Diário de Notícias* é tesouro nacional e, entretanto, as indicações que temos é que isso, de facto, foi feito à parte, houve aí salvaguardas por parte do Estado.

Mas há um espólio, nomeadamente artístico, que a Comissão de Trabalhadores não tem noção da sua extensão e do seu valor. Há, de facto, como dizia o João Pedro Henriques, algumas conversas de corredor e, portanto, não são chamadas para esta Sala da Assembleia da República, mas temos uma listagem parcial daquilo que também foi a exposição do *Diário de Notícias*, sendo que a última garantia que tivemos, por parte da



Administração, foi de que estava a ser feito um levantamento e uma relação desse espólio e de todas as obras que existem, com a garantia de que nada se perderia.

No entanto, em primeiro lugar, não sabemos o que é que há para perder e, portanto, não conseguimos garantir isso ao dia de hoje. O impacto no trabalho é mais do que evidente. Já vos disse que há escalas que não estão a ser cumpridas e que não vão ser cumpridas nos próximos dias, ainda sem despedimento coletivo.

Relativamente à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, líder parlamentar do PCP, que não está aqui, será interessante dizer que a questão da concentração também já foi abordada numa reunião da Comissão de Trabalhadores com o Conselho de Administração. Não há nada claro, mas acho que, de facto, como tem sido estratégia e apanágio ao longo de vários anos e das diferentes administrações, será também para partilhar custos, por exemplo, com outras marcas, seja dentro, seja fora do Grupo.

Quanto à qualidade do trabalho que nós pomos no ar todos os dias e que, de facto, é muito afetada, as pessoas estão naturalmente ansiosas, apreensivas. Ninguém sabe ao certo, ao dia de hoje, quem é que faz parte da lista, se é que ela já existe. Não sabemos quem é que será despedido.

Mas quanto à qualidade, a resposta tem 35 anos. Foi dada por Emídio Rangel quando abriu a antena da TSF pela primeira vez. Para terminar, vou citar: «a TSF Rádio Jornal não nasce contra ninguém e não está ao serviço de ninguém. Aqueles que vão protagonizar aqui, todos os dias, vão fazer apenas e tão-só jornalismo, animados de um grande sentido profissional e de uma inesgotável paixão pela rádio». É este o jornalismo de qualidade da TSF, e a resposta tem 35 anos.

O Sr. **Presidente**: — Chegamos ao fim da primeira ronda. Tal como ontem, tenho de perguntar aos grupos parlamentares se tencionam que haja uma segunda ronda, mas acho que estamos elucidados.

Em nome de todos os grupos parlamentares e de todas e todos os Deputados, quero agradecer a todos a vossa presença. Volto a dizer aquilo que disse ontem: agradeço muito o grau de sinceridade com que responderam a todas as perguntas, a coragem de se porem desse lado do microfone e falarem de questões pessoais e particulares, mas também a forma como falaram do panorama da comunicação social para lá deste problema em concreto do Global Media Group. Muito obrigado a todos.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, teremos, amanhã, reunião às 9 horas, com a audição à Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Está encerrada a reunião.

*Eram 12 horas e 35 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.